

SAMORA MACHEL

**SINDICATOS
ORGANIZARÃO OS
TRABALHADORES
PARA MATAR
A FOME
E A NUDEZ**

25

colecção
"PALÁVRAS de ORDEM"
EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

**SINDICATOS
ORGANIZARÃO OS
TRABALHADORES
PARA MATAR
A FOME
E A NUDEZ**

SAMORA MACHEL

**SINDICATOS
ORGANIZARÃO OS
TRABALHADORES
PARA MATAR
A FOME
E A NUDEZ**

25

colecção
"PALAVRAS de ORDEM"
EDICÃO DO PARTIDO FRELIMO

Tiragem: 40 000 exemplares
Registado no INLD sob o N.º 0468/INLD/83
Composto e Impresso na Tip. «Notícias»
MAPUTO
República Popular de Moçambique
Novembro de 1983

INTRODUÇÃO

O texto agora editado pela colecção «Palavras de Ordem» é o do discurso proferido pelo Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique, Camarada Samora Moisés Machel, na abertura da Conferência Constitutiva dos Sindicatos Moçambicanos, realizada em 31 de Outubro de 1983 em Maputo.

Na sua importante intervenção, o Camarada Presidente define claramente a natureza e as tarefas dos sindicatos num Estado como o nosso, que é um Estado de operários e camponeses, um Estado de trabalhadores. Os Sindicatos Socialistas moçambicanos, conforme sublinhou, deverão ser o exército do Partido para o combate à fome e à nudez. Eles deverão enquadrar todos os trabalhadores do nosso país na realização das tarefas definidas pelo IV Congresso do Partido Frelimo.

Do mesmo modo, ficou definido com toda a clareza o papel dirigente do Partido sobre os sindicatos, que são um braço do Partido para a organização das classes trabalhadoras.

Mais do que um simples discurso, a intervenção do Presidente Samora Machel constituiu uma importante lição sobre o nosso passado, o nosso presente e o nosso futuro. Uma lição que deve ser estudada por cada trabalhador e por cada organização sindical, pois fornece instrumentos de análise indispensáveis para uma correcta execução das suas tarefas.

**Camaradas membros do Bureau Político do Comité
Central do Partido Frelimo,
Senhores membros da Comissão Permanente
da Assembleia Popular,
Senhores membros do Conselho de Ministros,
Senhores Convidados,
Estimados Delegados,
Camaradas e Amigos,**

Há poucos meses, vivemos nesta sala momentos exaltantes para o Povo moçambicano. Nesta sala, o 4.º Congresso do Partido Frelimo analisou profundamente a vida do nosso povo e tomou decisões de importância vital para o reforço da unidade nacional, para a defesa da nossa independência e soberania, para a consolidação do Socialismo na nossa Pátria.

Um dos momentos mais emocionantes do 4.º Congresso foi a aprovação unânime da proposta de criação dos Sindicatos Socialistas na nossa República Popular.

Esta decisão do Congresso traduzia a consciência clara dos militantes do Partido da necessidade e da importância de os trabalhadores moçambicanos passarem a um estágio superior de organiza-

ção, sete anos após a criação dos Conselhos de Produção.

Saudamos os Conselhos de Produção por terem sabido implementar a decisão do Congresso, criando as condições, através de um trabalho árduo e abnegado, para que hoje os delegados das classes trabalhadoras moçambicanas estejam aqui reunidos para discutirem o futuro da sua Organização, os Sindicatos Socialistas.

Endereçamos as saudações do Povo moçambicano e do Partido Frelimo aos convidados estrangeiros que trazem o calor da amizade e da solidariedade dos trabalhadores dos seus países para com as classes trabalhadoras do nosso País. A sua presença constitui para nós estímulo e encorajamento que muito contribuirão para o sucesso dos trabalhos da Conferência Constitutiva dos Sindicatos Moçambicanos.

Estimados Delegados,
Camaradas e Amigos,

Conhecer a realidade para agir sobre ela, para transformá-la, é imperativo de qualquer trabalho de massas. Em particular, quando se trata de uma Organização Democrática de Massas, como os Sindicatos, é fundamental o conhecimento da realidade, para apreender a grandeza da Pátria, para consolidar a unidade nacional, para assumir correctamente a luta de classes na frente da produção.

Se não tivermos a percepção global da nossa realidade cometeremos inevitavelmente erros e não cumprimos os objectivos traçados.

A nossa realidade do ponto de vista económico, social e cultural é fruto de uma complexidade e diversidade étnica e linguística.

Esta situação foi explorada pelo colonialismo para fomentar a desconfiança, o desentendimento, o ódio entre moçambicanos sob as mais variadas formas de tribalismo, regionalismo e racismo.

A política colonial de implantar um aparelho de tipo moderno de produção na zona de fixação de colonos e de manter, a todo o custo, nas zonas dos colonizados, as estruturas do poder de tipo feudal tornaram Moçambique numa sociedade de desenvolvimento desigual. Se no Sul a charrua é conhecida, no Norte a enxada é o único instrumento agrícola do camponês. Se no Centro do País existe algum desenvolvimento industrial, há regiões no Norte do País que não conhecem sequer uma fábrica.

Oito anos depois da Independência nacional, esses factores negativos ainda pesam grandemente na mentalidade do moçambicano. Estes factores criam obstáculos grandes ao desenvolvimento e à consolidação da unidade e convivência nacionais. A longa noite que foi o colonialismo deixou marcas em todos os domínios da nossa sociedade.

É pesada a herança colonial que transportamos e da qual nos queremos libertar.

Herdámos uma economia atrasada, deformada, dependente e com uma altíssima taxa de exploração da mão-de-obra moçambicana.

Atrasada, porque era fraco o nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Os nossos camponeses, na sua maioria, não conhecem as mais elementares regras agronómicas, não conhecem a charrua, a tracção animal, o adubo orgânico, o dique, a pequena represa, o regadio.

O milho morre porque não chove, mas a poucas centenas de metros da machamba encontramos o rio cujas águas se perdem no mar. O camponês produz 100 quilos de milho num hectare, quando, com a introdução de pequenas regras agronómicas, pode tirar 4 ou 5 vezes mais.

A produtividade do camponês é tão baixa que a produção quase só chega para alimentar a sua família. Quando o colonialismo o forçava a cultivar algodão, isto significava para ele fome, miséria e

morte. O cultivo forçado do algodão era feito desde o nascer ao pôr do sol, não lhe permitindo produzir alimentos para si e para a família.

O algodão era produzido pelo camponês, mas não lhe era dada a possibilidade de produzir artesanalmente a sua roupa.

O desenvolvimento das forças produtivas no campo era, no conjunto do País, extremamente baixo. A classe operária era pouco numerosa. Representava uma pequena parte da população trabalhadora.

O operário moçambicano não tinha possibilidade de dominar o processo produtivo e tecnológico da sua fábrica. Estavam-lhe reservadas apenas tarefas simples e rotineiros. Era apenas um executor de tarefas que lhe eram ordenadas.

O moçambicano não tinha acesso à escola.

A discriminação atingiu todos os sectores da vida:

- o moçambicano não podia ser comerciante, não podia ter restaurante;
- o moçambicano não podia vender carvão, leite ou a simples chapa de zinco;
- o moçambicano, na fábrica, não podia ter qualquer qualificação, não tinha qualquer responsabilidade de direcção, nem sequer de uma pequena secção da fábrica.

Encontrámos um país sem professores para a Escola Primária, para os Liceus, para a Universidade. Eram professores estrangeiros que leccionavam apenas para os filhos de uma pequena minoria.

Da técnica de tratar o minério de ferro, que a população utilizava para produzir a enxada, o colonialismo cortou a possibilidade de evoluirmos para a forja, para a fundição industrial e para a siderurgia. O colonialismo, com o objectivo de impedir o desenvolvimento das forças produtivas, até aboliu a técnica artesanal de tratar o minério de ferro.

Quando liquidámos o colonialismo, os seus 500 anos legaram-nos um índice impressionante de analfabetismo que ultrapassava os 90%.

Estimados Delegados,

A economia colonial caracterizava-se também por uma extrema dependência do estrangeiro, em particular da África do Sul, de onde arrecadava a grande parte das suas receitas em divisas.

Moçambique foi sempre a grande reserva de mão-de-obra barata para as minas, plantações e fábricas sul-africanas. A força de trabalho dos moçambicanos era a principal mercadoria de exportação. Mais de 100 mil trabalhadores eram vendidos anualmente à África do Sul. Este país em compensação, pagava parte dos salários em ouro a um preço oficial, que Portugal revendia no mercado internacional a 10, 15 e por vezes 20 vezes mais. A esta fonte de riqueza, juntava-se o ouro proveniente das indemnizações de mais de 2000 trabalhadores moçambicanos que anualmente perdiam a vida nas minas ou regressavam mutilados e vitimados por doenças contraídas no trabalho.

O ouro ia para os cofres da metrópole colonial. O moçambicano para além do relógio, do rádio, do casaco, da panela, da bicicleta, da capulana e da ilusão da riqueza, trazia à terra a doença que o corroía.

Fonte importante também de acumulação de riqueza do colonialismo, são os lucros resultantes da venda de mão-de-obra moçambicana à Rodésia do Sul para as minas de ouro, carvão, crómio, ferro, para a plantação do açúcar, do tabaco.

Outra dependência resultava da prestação dos serviços ferroviários e portuários da então Lourenço Marques e Beira.

As linhas férreas e os portos construíram-se a pensar nos minérios da África do Sul, da Rodésia

do Sul, da Rodésia do Norte, do Niassalândia e do Congo Belga.

Mas se quiséssemos transportar o milho de Lichinga para Maputo era preciso passar por Malawi, Beira, Chimoio, Harare, Bulawaio e Chicualacuala.

Os portos exclusivamente nacionais tais como, Mocímboa da Praia, Pemba, Angoche, Moma, Pebane, Quelimane, Chinde e Inhambane são expressão do desinteresse do colonialismo em desenvolver as riquezas de Moçambique.

Para cerca de 3000 km da costa que possuímos, estrada natural que não precisa de manutenção, não havia, no momento da Independência, uma companhia de navegação moçambicana.

Herdámos uma economia deformada que instalou pequenas unidades industriais dependentes da matéria-prima importada para satisfação das necessidades da burguesia colonial.

Economia em que era preciso importar a soda cáustica para fazer o sabão em Maputo com a copra da Zambézia. Para fazer uma simples cadeira era preciso importar cola e pregos.

Para satisfazer as mais primárias necessidades do povo, o botão, a linha, a panela, o púcaro, a colher, a capulana, a enxada, o machado era preciso recorrer à importação.

Produzíamos o amendoim, o girassol, o algodão, mas não há verdadeiramente uma indústria de óleos. As oleaginosas eram destinadas às fábricas da metrópole.

Produzíamos algodão para a indústria têxtil instalada não em Nampula, não em Cabo Delgado, não na Zambézia, mas na metrópole colonial.

Temos um dos maiores palmares do mundo, mas não há uma indústria para o aproveitamento integral do coco.

Produzimos muito mas não há moageiras suficientes.

Outra característica da economia colonial era a alta taxa de exploração da mão-de-obra.

Os salários pagos aos trabalhadores, os preços praticados na comercialização dos produtos do campo, não permitiam senão uma vida miserável que conservava a força de trabalho no limite da sobrevivência humana. Fazer economias, lutar para uma vida melhor, pensar em mandar os filhos para a escola, eram sonhos distantes.

Uma das manifestações mais reveladoras da natureza exploradora era a comercialização do algodão, do caju, das oleaginosas.

Recordemos uma vez mais o exemplo do algodão.

O algodão que alimentava as fábricas têxteis da metrópole colonial era vendido a preços irrisórios. Os tecidos vindos de Portugal eram vendidos a preços que chegavam a ser 40 vezes superiores ao preço a que tinha custado a matéria-prima.

Era uma economia de exploração desenfreada, na qual só à força do chicote se conseguia recrutar mão-de-obra para as plantações do chá, açúcar, copra, para as plantações dos latifundiários. Esta era igualmente uma das formas de acumulação de lucros do sistema colonial-capitalista português.

Os trabalhadores regressavam às suas casas sem a capulana para as suas mulheres ou vestidos e calções para os seus filhos.

Enquanto o homem estava no xibalo, a mulher era submetida ao «imposto braçal», uma forma humilhante que o colonialismo utilizava para a construção de estradas.

É fundamental a compreensão da herança colonial para compreendermos as dificuldades do presente e as perspectivas futuras. Não podemos esquecer:

- a herança do analfabetismo, da ignorância, do obscurantismo;
- a economia que depende em quase tudo do exterior;

- a economia deformada em que não existem vias de comunicação;
- a humilhação e exploração desenfreada que o homem moçambicano sofreu a par do processo de despersonalização a que foi sujeito;
- a complexidade social onde coexistem várias etnias e grupos linguísticos.

É a partir desta realidade complexa que estamos a construir o socialismo, estamos a construir a Pátria moçambicana, estamos a consolidar a unidade nacional.

Já conquistámos a independência política. A nossa grande tarefa hoje é conquistar a independência económica, é libertar a iniciativa do trabalhador e desenvolver as forças produtivas. A nossa grande tarefa hoje é construir o Socialismo. Construir o Socialismo significa assegurar o desenvolvimento harmonioso das forças produtivas.

Só um Estado detentor dos principais meios de produção, um Estado que é capaz de implementar a política económica definida pelo Partido, pode assegurar o desenvolvimento harmonioso das forças produtivas.

Estimados Delegados,

O nosso camponês tem de passar progressivamente da enxada para a charrua, da tracção animal para o tractor, do tractor para a autocombinada. O nosso operário trabalha hoje com picareta, para no futuro trabalhar com escavadoras e máquinas de cavar galerias. Hoje carregamos com as latas de água na cabeça para amanhã termos água canalizada.

O caminho a percorrer é longo, sinuoso e duro. Mas não existe outro. Não há milagre. Não há alternativa. Somos nós camponeses, operários e trabalhadores moçambicanos que temos de fazer esta

marcha contando principalmente com as nossas próprias forças.

Já iniciámos esta marcha. Nela temos encontrado obstáculos que com sacrifício, coragem e tenacidade estamos a vencer.

Estamos a consolidar as nossas conquistas e a nossa liberdade. Mas não seremos totalmente livres enquanto persistirem na nossa zona o colonialismo e o racismo.

Em busca dessa liberdade, em apoio à luta do Povo do Zimbabwe, aplicámos em 1976 sanções à Rodésia do Sul do racista Smith. Sanções que nos custaram sacrifícios. Sanções que prejudicaram o desenvolvimento da nossa economia. As destruições e boicote promovidas pelos imperialistas e racistas atrasaram os nossos programas de desenvolvimento.

As sanções custaram ao País, em prejuízos directos, 550 milhões de dólares que hoje correspondem quase ao dobro e que, em moeda nacional, correspondem actualmente a cerca de 22 milhões de contos.

A par destes prejuízos, 40 mil trabalhadores tiveram de ser desempregados dos seus postos de trabalho, principalmente os ligados aos Portos e Caminhos de Ferro.

Estes prejuízos não incluem os resultados das destruições provocadas pelo exército de Smith. Não incluem os danos causados às vias férreas, a escolas, a hospitais, a pontes, a Aldeias Comuns, a barragens. Estes danos materiais foram estimados em mais de 50 milhões de dólares.

Paralelamente a esta agressão, a África do Sul organizava sanções e sabotagens contra Moçambique. O regime do «apartheid» fazia incidir a sua acção sobre os sectores da nossa economia mais dependentes da economia sul-africana:

— nas receitas provenientes de mão-de-obra moçambicana na África do Sul; nas receitas do tráfego ferroviário e do movimento portuário.

O boicote económico e a sabotagem da África do Sul atinge exactamente esses sectores. Como consequência disso:

— o tráfego de mercadorias da África do Sul reduziu-se para menos de metade em relação aos valores de 1973; o número de trabalhadores moçambicanos na África do Sul baixou para 1/3; o regime do «apartheid» renunciou em 1978 ao Acordo que garantia preços preferenciais do ouro em que era paga uma parte dos salários dos trabalhadores moçambicanos.

A acção conjunta destes factores provoca quebras substanciais nas nossas receitas em divisas.

Estes prejuízos, somados aos efeitos das sanções contra a Rodésia, à crise económica internacional e às calamidades naturais, abalaram gravemente a já débil economia que o colonialismo nos legou.

Camaradas e Amigos,

Depois da independência do Zimbabwe em 1980, restabelecem-se as ligações económicas e comerciais, em particular no domínio dos transportes:

- Reactivou-se a linha férrea Beira/Machipanda
- Entra em funcionamento o pipeline Beira/Mutare
- Começa a crescer o movimento da linha férrea Maputo/Chicualacuala.

A actividade económica do nosso país começa a normalizar-se. Em 1981, o produto social global cresce em 11,6%, comparativamente a 1977, com destaque para os transportes e comunicações e construção.

Mas a África do Sul, com a caução do imperialismo, desencadeou um nova agressão para des-

truir a nossa já fraca economia, para desestabilizar o nosso país e para criar o terror e a intranquilidade no povo.

O regime nazi-fascista de Pretória teme a consolidação da nossa economia. Teme o exemplo da sociedade que estamos construindo. Por isso, através dos bandos armados, move-nos uma guerra não declarada, incidindo fundamentalmente a sua acção:

— contra as populações indefesas, nas mulheres, nas crianças, nos velhos; contra as infra-estruturas económicas, principalmente nos sectores que vão permitir matar a fome; contra o sistema de transportes; os bandidos armados incidem a sua acção contra os cooperantes, raptando-os ou assassinando-os para desencorajar a cooperação internacional.

Não é por acaso que a acção dos bandidos tem como alvo prioritário o sistema de transportes, principalmente aqueles que ligam o nosso país aos países vizinhos.

O regime do «apartheid» ataca a cooperação económica regional, no quadro da SADCC. Pretória sabe que a SADCC tem por objectivo romper com a dependência dos países da África Austral em relação à economia sul-africana. Ao atacar as ligações ferroviárias com os países vizinhos, a África do Sul pretende transformá-los em seus clientes eternos, permitindo-se estabelecer as taxas e preços dos transportes e deter nas suas mãos um poderoso instrumento de chantagem.

O regime racista de África do Sul teme que o tabaco do Zimbabwe, o cobre da Zâmbia, o cobalto do Zaire, o chá do Malawi, o açúcar da Suazilândia, a carne do Botswana sejam escoados pelos portos de Nacala, da Beira e do Maputo.

Para qualquer país os transportes são como as artérias e veias para o corpo humano. Atacando os transportes, o «apartheid» sabe que ataca um ponto nevrálgico da nossa economia, sabe que afecta directamente os sectores estratégicos do nosso desenvolvimento:

— Impede a cooperação regional nos transportes, reduzindo uma importante fonte de receitas em divisas para o país; impede o escoamento do milho de Tete e de Niassa, o açúcar de Sofala, a copra e o chá da Zambézia, o carvão de Moatize; impede a comercialização dos excedentes do camponês e o seu abastecimento em produtos essenciais à sua vida; impede a concretização do Plano Prospectivo Indicativo e das grandes orientações do 4.º Congresso.

Por isso dizemos frequentemente que liquidar os bandos armados, é defender e reforçar a nossa economia, são faces da mesma moeda.

Não há defesa sem economia.

Não há economia sem defesa.

A defesa e a economia complementam-se, reforçam-se mutuamente.

Ter consciência da realidade dos problemas que enfrentamos, é o primeiro passo para o enquadramento correcto dos Sindicatos Socialistas no nosso País, na realização das exaltantes tarefas de defesa da Pátria e da construção do Socialismo na República Popular de Moçambique.

Estimados delegados,
Camaradas e Amigos.

As lutas laborais têm a sua origem na exploração praticada pela burguesia contra os trabalhadores e, em particular, contra os operários.

Tanto o capitalista como os operários querem produzir riqueza, pois têm consciência de que a riqueza social é fundamental para o progresso.

Mas os interesses de uns e de outros são antagónicos. Só a tomada do poder resolve esta contradição.

Quando a burguesia está no poder, organiza-se de maneira a que a riqueza que é produzida na sociedade se destine a enriquecer os capitalistas ou seja utilizada em obras que lhes interessem.

Quando os trabalhadores tomam o poder e criam uma sociedade socialista, organizam-se de maneira a que a riqueza produzida na sociedade se destine a ser utilizada em obras que interessam aos trabalhadores e a ser distribuída pelos trabalhadores sob a forma de benefícios sociais que servem todo o povo.

Os trabalhadores de todo o mundo lutam pelo fim da exploração, pela igualdade, justiça e liberdade. Os capitalistas, para preservar a exploração, usam de todos os meios para fomentar a divisão entre os trabalhadores e desviá-los da luta pelos seus interesses mais vitais.

Sempre que esta luta põe em causa a exploração, que é a essência do capitalismo, a burguesia reprime ferozmente os trabalhadores.

O movimento sindical é o resultado da acumulação das experiências de luta dos trabalhadores. Ele surge primeiramente nos países mais industrializados porque, neles, o modo de produção favorece a unidade dos trabalhadores e a sua capacidade de organização.

A luta dos trabalhadores e as formas organizativas encontradas nessas experiências mais avançadas estendem-se a todos os lugares onde a exploração se faz sentir. Não é por acaso que a combatividade dos trabalhadores na África do Sul é a maior em África. A sua reivindicação é acabar o «apartheid»; querem igualdade, justiça. Querem ser simplesmente homens, mulheres, crianças sul-africanos. Hoje não são sul-africanos. São Bantos. É por isso que o regime do «apartheid» os reprime.

Nas colónias, à mais brutal exploração capitalista associa-se a humilhação da ocupação da Pátria e o racismo. Por isso, a luta assume aqui, muitas vezes, um duplo aspecto: luta reivindicativa contra o patrão e luta contra o colonialismo. São dois aspectos associados.

Para controlar a luta reivindicativa pelo salário, o colonizador instituiu sindicatos. Mas estes sindi-

catos não eram a expressão organizativa das experiências acumuladas pelos trabalhadores das colónias. Eles eram sindicatos criados à imagem e semelhança dos sindicatos europeus. Estes formavam os quadros sindicais das colónias e preparavam dirigentes operários alienados da própria realidade nacional e dos mais vitais interesses dos trabalhadores.

Os sindicatos coloniais que não conseguiram assumir como próprias a realidade e a experiência dos trabalhadores nacionais, tornaram-se sindicatos neocoloniais.

Estes sindicatos neocoloniais desviam a atenção das massas trabalhadoras da luta pelos interesses mais profundos, que são a tomada do poder político e a conquista da independência total.

Em Moçambique, o processo da criação de sindicatos no tempo colonial foi diferente.

Os trabalhadores foram divididos entre «civilizados» e «indígenas». Para uns havia os sindicatos fascistas coloniais; para outros havia as Administrações dos Concelhos e Circunscrições.

Os sindicatos coloniais, que só admitiam os «assimilados» — que nunca chegaram aliás a assumir lugares de direcção — visavam impedir qualquer forma de organização e de luta dos trabalhadores. As direcções sindicais eram nomeadas pelo Estado com forte infiltração de agentes e informadores da PIDE.

A Administração do Concelho constituía o instrumento através do qual o Governo colonial controlava a vida de todos os trabalhadores moçambicanos que não fossem «assimilados». Esta esmagadora maioria dos trabalhadores não dispunha de qualquer forma de representação ou de organização.

A tentativa dos trabalhadores de se organizarem em associações profissionais foi gradualmente sufocada pela nomeação de colaboradores e agentes do colonialismo para os cargos de direcção ou,

pura e simplesmente, pela dissolução administrativa das associações quando julgado necessário.

É por isso que o nosso movimento operário, ao contrário do de outras antigas colónias, desenvolveu-se à margem dos sindicatos coloniais.

Camaradas e Amigos,

Presentemente, no movimento sindical mundial encontramos, portanto, duas experiências fundamentais.

Uma, é a dos sindicatos dos países capitalistas. Aí, porque não controlam a produção, os trabalhadores encontram na reivindicação a forma mais directa e eficaz de agir sobre o destino social da riqueza produzida.

A outra, é a experiência do socialismo. Nestes países, as classes trabalhadoras, através de experiências de luta contra a exploração, uniram-se e criaram os seus partidos revolucionários. Guiados pela ideologia científica do proletariado, o marxismo-leninismo, esses partidos organizaram a luta política vitoriosa pela tomada do poder e estabeleceram o poder dos trabalhadores.

A natureza popular dos Estados que foram criados nos países socialistas, a apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores organizados, permitem que os sindicatos socialistas se concentrem em objectivos diferentes.

A organização dos trabalhadores para a produção é a tarefa primeira dos sindicatos socialistas. Para tal, os sindicatos concentram-se no desenvolvimento da consciência patriótica e proletária, na capacitação técnica e científica dos trabalhadores, na organização e disciplina do trabalho e na transformação socialista das relações sociais de produção.

Nós, como marxistas-leninistas, sabemos que as ideias nascem da nossa própria experiência e

que a nossa experiência se constrói no nosso dia-a-dia, na realidade produtiva que temos.

As ideias que são produzidas pelas sociedades desenvolvidas representam a experiência daquelas sociedades e resultam do seu desenvolvimento. Elas só nos servem na parte em que correspondam integralmente à nossa experiência e ao nosso desenvolvimento. Por isso, devemos saber analisar o seu conteúdo e ajustá-lo à nossa realidade. Devemos saber evitar o dogmatismo.

Por exemplo: nós vemos hoje que os sindicatos da Europa são poderosas organizações, que proporcionam importantes regalias aos trabalhadores. E é essa a preocupação de muitos desses sindicatos. Sabemos que vocês querem regalias, mas não produziram nada. Querem regalias a partir de quê?

Não temos casa porque não produzimos o ferro, a fechadura, a louça sanitária. Não temos carro porque não temos fábrica. Não temos fato porque não temos fábrica. Então querem gozar regalias a partir de quê? **(Palmas)**.

Ter bons salários, regalias sociais, uma boa vida é uma ideia que agrada a todos nós e à qual todos aderimos com entusiasmo. Os companheiros dirigentes desses Sindicatos contam-nos a sua experiência, os seus métodos, a sua estratégia.

Mas alguns de nós esquecem que hoje a Europa é rica, não tem bichas, não tem fome, não tem subdesenvolvimento, não tem guerra.

A guerra, o subdesenvolvimento, a fome, as bichas são a nossa realidade, o nosso estágio de desenvolvimento económico e social.

Então vamos estudar, nesses sindicatos dos nossos amigos, a sua experiência de luta, os seus métodos, a sua estratégia quando nos seus países havia instabilidade, banditismo, quando os trabalhadores eram analfabetos, ignorantes, supersticiosos, quando os camponeses cultivavam com a enxada, quando o povo fazia bicha para comer, quando a miséria, a doença, a nudez existiam lá, como hoje

existem em África. Há muitos amigos que nos podem contar a sua experiência:

- quantos gramas de pão recebiam os trabalhadores da URSS depois da 2.ª Guerra Mundial;
- quanto custava uma dúzia de ovos na RDA, nessa mesma época.

Os construtores do Estado da RDA estão vivos, perguntem-lhes. Perguntem-lhes o que era a RDA em 1945.

Perguntem aos camaradas da República Popular da Bulgária como viviam os trabalhadores depois do triunfo da Revolução.

Perguntem a todos os países o que fizeram para terem o que hoje têm.

É essa a experiência que nos interessa, não a experiência de regalias, de bons salários. Entenderam? **(Palmas)**.

Interessa-nos a experiência breve que tiveram na fase da reconstrução nacional, após a destruição causada pelo nazi-fascismo, quando de novo voltou a miséria, o banditismo, a fome, a bicha.

Que nos contem como nessas fases da sua história os trabalhadores se organizaram para produzir comida e bens, para vencerem a escassez e a miséria, para criarem a riqueza que hoje lhes permite o bem-estar, os bons salários, as regalias sociais.

Que nos contem os sacrifícios dessas gerações, as horas de trabalho que faziam, o nível de vida que tinham, as condições laborais em que produziam, a previdência e a segurança social que havia nessa época.

Que nos contem como eram as suas casas, como era a sua comida, como eram passados os dias, como eram passadas as horas de descanso, como eram os transportes, a assistência médica, a escola.

É essa a experiência que nos interessa: interessa-nos qual foi o papel desempenhado pelos seus

sindicatos para que se transformassem nas sociedades ricas e desenvolvidas que hoje são.

Camaradas e Amigos,

No nosso País, os trabalhadores desde sempre opuseram uma tenaz resistência à dominação estrangeira e à exploração capitalista. Nas grandes plantações de cana-de-açúcar, chá, sisal e algodão, milhares de trabalhadores eram submetidos a formas brutais de opressão e à exploração desumana da sua força de trabalho.

Nos Portos e Caminhos de Ferro, e no ainda incipiente parque industrial, os operários trabalhavam nas condições mais degradantes. Os trabalhadores moçambicanos eram levados para o trabalho forçado, sujeitos a impostos arbitrários e defrontavam-se, no seu dia-a-dia, com múltiplas formas de discriminação e humilhação.

Como reacção à dominação estrangeira e às relações sociais de produção impostas pelo capitalismo, inúmeras greves e lutas reivindicativas foram desencadeadas pelos trabalhadores moçambicanos. São exemplos ilustrativos destas formas de resistência as greves levadas a cabo pelos operários dos portos de Lourenço Marques e Beira, e pelos trabalhadores das grandes plantações de Xinavane, Marrromeu e Zambézia.

Estas manifestações de luta não tinham ainda um carácter nacional e patriótico. Eram lutas que não punham a questão da **Independência nacional**.

Todavia, a todas estas formas de luta, o colonial-capitalismo respondeu com forte repressão, através de prisões, torturas e massacres.

À medida que crescia a oposição no campo e nas cidades, o colonialismo alargava e tornava mais sofisticado o seu aparelho repressivo.

A partir do início dos anos 60, o colonialismo infiltra todas as organizações de orientação nacio-

nalista. O objectivo era impedir que o exemplo das independências de outras colónias «contaminasse» o Povo moçambicano.

O massacre de Mueda foi a prova de que o regime colonial português, ao contrário de outros regimes coloniais, não tinha intenção de negociar a sua retirada.

Estas lutas dos trabalhadores moçambicanos constituem um importante património da nossa história.

Mas, a fragilidade organizativa dos nossos trabalhadores, as divisões tribais e a dispersão do campesinato, foram factores que permitiram ao regime colonial isolar e reprimir os diferentes levantamentos dos trabalhadores moçambicanos.

A criação da Frente de Libertação de Moçambique em 1962, abre novas perspectivas à luta contra o colonialismo. A Frente de Libertação de Moçambique surge como o instrumento fundamental da Unidade Nacional e do combate contra a dominação colonial, pela independência nacional.

A definição clara pela Frente de Libertação dos objectivos da luta e o início da Luta Armada, fornecem aos trabalhadores os meios efectivos de combater o sistema opressivo e explorador.

Os métodos de trabalho, organização e mobilização utilizados pela FRELIMO durante a Luta Armada, criam novas relações políticas e sociais. Os trabalhadores moçambicanos aprofundam a sua consciência nacional e de classe.

Na Frente de Libertação de Moçambique, o torneiro vindo de Maputo, o electricista da Beira, o assalariado de Tete, o funcionário de Nampula, o camponês de Niassa aprenderam o valor da Unidade Nacional.

Na FRELIMO, cada operário, cada camponês, cada funcionário, cada intelectual aprendeu a viver sem discriminação, sem opressão, sem exploração.

Aprendeu o valor de produzir para servir o povo.

Aprendeu a disciplina como regra básica do trabalho.

Aprendeu a libertar a sua iniciativa criadora.

Aprendeu a cultura de todo o País.

Aprendeu o significado do Poder Popular que serve as classes que produzem a riqueza.

O combate armado contra o colonialismo ensinou a todos os militantes — operários, camponeses, trabalhadores rurais, professores ou enfermeiros — o sentido da organização, da disciplina, entre-ajuda e do trabalho colectivo. Na Luta Armada, cada combatente só podia ser bem sucedido se compreendesse a relação entre a sua tarefa e a tarefa de todos.

O Comandante que partia para a operação em Mocumbura sabia que o seu percurso já tinha sido reconhecido, que podia encontrar apoio logístico e onde devia instalar os seus soldados para realizar a operação.

Do mesmo modo, o camponês que participava no transporte de material sabia exactamente quantos dias teria de marchar até ao seu destino, onde iria parar para comer e quantas horas de marcha teria de fazer entre as diferentes paragens.

As relações de produção também se alteraram profundamente com a libertação de vastas zonas do nosso País. Para além de se produzir colectivamente, o camponês assumiu a dimensão do valor da sua produção para a luta. Ele deixou de produzir apenas para si, ou para pagar os impostos ao colonialismo. Ganhou consciência que a sua produção servia os guerrilheiros das diversas frentes de combate e contribuía para o fortalecimento da FRELIMO na luta contra o exército colonial.

A produção de comida, a educação, a saúde, o comércio, o treino militar e o combate, estavam interligados, como se de um só corpo se tratasse.

O camponês, o produtor de coronhas para as armas, o escultor, o estudante, o professor, o enfermeiro, o miliciano e o guerrilheiro estavam entre si

relacionados pela mesma tarefa de libertar o País e estabelecer relações sociais livres da exploração capitalista.

Assim, a nossa Luta Armada de Libertação Nacional assumiu não apenas o conteúdo da luta pela independência, como também o da defesa dos interesses das classes exploradas em Moçambique.

Na Luta Armada de Libertação Nacional **foram os camponeses quem desempenhou a tarefa fundamental**. A luta contra o colonialismo desenvolveu-se no campo e foi o campesinato quem alimentou a chama que se alastrou a todo o nosso País. A própria prática deste engajamento militante constituiu factor de formação, de transformação dos combatentes mais destacados.

O processo da Luta de Libertação de Moçambique transforma-se qualitativamente na luta dos trabalhadores pela conquista do Poder e culmina com a derrota política e militar do colonialismo em 1974.

No entanto, esta vitória das massas trabalhadoras moçambicanas significou que o sistema de exploração económica colonial-capitalista no nosso País, tivesse sido eliminado automaticamente.

As experiências da Luta Armada estavam fundamentalmente circunscritas às Zonas Libertadas. Nas zonas ocupadas, a discriminação racial, a divisão tribal, marcavam fortemente a sociedade moçambicana, caracterizada pelo extremo atraso no desenvolvimento das forças produtivas.

A consciência política dos trabalhadores, a sua consciência nacional e de classe, eram fracas. Deste modo, nem todos os moçambicanos assumiram correctamente o significado da independência, o significado de ter Pátria.

Após a queda do fascismo e na iminência da derrota do colonialismo, muitos trabalhadores reivindicaram só melhores salários sem exigirem a independência.

Os colonos capitalistas fomentam a anarquia generalizada, as greves, os saneamentos indiscriminados, as reivindicações salariais. Por outro lado, abandonam empresas, fábricas e machambas, promovem trabalhadores à categoria de accionistas, destroem e transferem equipamento para fora do País, procedem ao abate indiscriminado de gado ou suspendem as actividades de produção agrícola.

A burguesia colonial pretendia confundir as massas, dividir os trabalhadores, agravar a crise que a economia colonial atravessava. O seu objectivo era tornar impossível à FRELIMO a gestão económica do País para finalmente impedir que o Povo, ao tomar o poder político, reunisse condições para a tomada do poder económico.

Como medida para neutralizar as manobras do colonial-capitalismo, a FRELIMO decide criar em todo o País Grupos Dinamizadores.

Os Grupos Dinamizadores constituem-se no instrumento de mobilização e organização dos trabalhadores e de todo o povo para fazerem face às tarefas que a independência nos colocava.

Os Grupos Dinamizadores tiveram, nesse momento histórico, um papel fundamental no combate à sabotagem económica e no controlo da economia, totalmente desorganizada pelas manobras da burguesia colonial.

Os Grupos Dinamizadores transformaram-se deste modo na escola que introduziu os trabalhadores moçambicanos na responsabilidade de gestão económica, levando-os a conhecerem a complexidade do processo de produção.

Foi assim que as classes trabalhadoras elevaram a sua consciência política, assumindo a dimensão do significado da independência, consolidando a Unidade Nacional e desenvolvendo a sua consciência de classe.

Contudo, os efeitos da sabotagem económica e a deficiente organização e administração das unidades de produção, aliadas ao início das agressões

rodesianas, contribufram para que a produção e a produtividade baixassem.

Nas nossas unidades de produção assiste-se então a uma onda de absentismo, ao não cumprimento de horários e metas de produção, à destruição de equipamento por negligência, ao roubo e desvio de produtos e dinheiro, ao esbanjamento, à prepotência e abuso do poder, ao nepotismo, amiguismo e promoção da incompetência.

Estes desvios aconteciam com particular incidência em unidades de produção, mas eles também se estendiam a escolas, hospitais e repartições públicas.

Depois de analisar profundamente estes problemas, a Direcção da Frente de Libertação de Moçambique, decidiu reunir-se com trabalhadores de todos os ramos da economia em 13 de Outubro de 1976.

Nesse encontro, foi decidida a criação dos Conselhos de Produção. Dirigidos pela FRELIMO, as suas tarefas prioritárias eram a organização dos trabalhadores por forma a destruir as relações sociais de produção capitalistas, criar normas de disciplina laborais, aumentar a produção e a produtividade, e garantir a sua participação na planificação da produção.

A constituição dos Conselhos de Produção gerou um amplo movimento de mobilização dos trabalhadores das fábricas, dos portos, dos caminhos de ferro, dos transportes rodoviários, das machambas, dos hospitais, dos hotéis, das repartições, bancos e comércio.

Em poucos meses, muitas centenas de órgãos locais dos Conselhos de Produção surgiram por todo o País, começando-se a assistir a um crescimento significativo da consciência de classe dos trabalhadores.

Melhorou a atitude dos trabalhadores perante o trabalho. Diminufram os actos de indisciplina e os casos de sabotagem económica.

Come resultado desta acção foi possível deter-se o abaixamento da produção, iniciando-se a recuperação dos índices de produtividade.

Assiste-se à programação e preparação dos primeiros planos económicos. Em muitas unidades de produção começa-se também a fazer o aproveitamento racional dos recursos existentes e a levar a cabo programas de alfabetização e formação profissional dos trabalhadores. A emulação socialista começa a ser uma realidade viva e actuante na nossa sociedade.

Enquadrados pelos Conselhos de Produção, milhares de trabalhadores participaram voluntariamente na tarefa da defesa da Pátria, inscrevendo-se nas Milícias Populares e Grupos de Vigilância, procedendo à abertura de abrigos e contribuindo materialmente para o reforço da capacidade defensiva.

Muitos trabalhadores, no cumprimento das suas tarefas produtivas sacrificaram-se em resultado de acções praticadas pelo exército rodesiano.

Durante a Campanha de Estruturação do Partido, os Conselhos de Produção foram um instrumento importante para o alargamento e consolidação da implantação do Partido no seio dos trabalhadores.

A consciência de classe, o sentido de responsabilidade, disciplina e organização dos trabalhadores, aumentou sem dúvida nesse período. No entanto, em muitas unidades de produção e outros sectores económicos, continuaram a manifestar-se desvios.

A Ofensiva Política e Organizacional lançada pela Direcção do Partido em 1980, veio demonstrar que o combate iniciado pelos Conselhos de Produção deveria ser permanente.

A Ofensiva veio mostrar que o aparelho estatal de direcção da economia permanecia contaminado por vícios e deformações. Ela constatou que o nosso aparelho de Estado continuava ainda infil-

trado por ideias, concepções e métodos de trabalho próprios da burguesia.

A Ofensiva expôs a apatia, o desleixo, a negligência, o roubo, a corrupção, o burocratismo, a indisciplina e a desorganização que se viviam ainda em muitas das nossas unidades produtivas.

A Ofensiva permitiu-nos conhecer melhor os nossos próprios erros e deficiências, permitiu-nos aprofundar o conteúdo do nosso combate.

A Ofensiva veio, assim, dar uma nova dimensão ao processo de organização da nossa economia e da mobilização dos nossos trabalhadores.

Em cada empresa, repartição, departamento e secção, a Ofensiva desenvolve-se, dá um novo impulso à batalha pela disciplina, organização e eficiência.

A resposta dos trabalhadores a esta iniciativa do Partido constituiu uma demonstração do seu engajamento no combate contra as ideias e concepções erradas, contra as infiltrações pequeno-burguesas no seio da classe operária.

Com determinação, os trabalhadores das mais diferentes áreas económicas, agudizaram o seu sentido de vigilância contra as acções e manobras do inimigo.

A primeira Campanha da Ofensiva demonstrou que não estavam ainda criadas as condições para a constituição dos Sindicatos.

Como resultado das experiências acumuladas pela Ofensiva, os Conselhos de Produção deram uma contribuição importante em apoio à preparação do IV Congresso.

A organização de Planos Suplementares de Produção, o lançamento do movimento de inovações e pesquisas, e a efectivação de uma grandiosa Jornada Nacional de Trabalho Voluntário, mostraram o amplo apoio das classes trabalhadoras ao Partido.

No plano organizacional, os Conselhos de Produção deram um importante passo ao definirem os

ramos de actividade profissional no nosso País, e ao estabelecerem os princípios reguladores das suas actividades.

Ao tomarem esta decisão, os Conselhos de Produção asseguraram um importante meio para que, organizados, todos os trabalhadores possam contribuir com maior eficiência na batalha contra o subdesenvolvimento.

A evolução da consciência profissional dos nossos trabalhadores, a par da necessidade de desenvolvermos o nosso País, exige a consolidação de uma classe operária unida, organizada, disciplinada e armada da sua ideologia científica.

Para transformar a natureza e satisfazer as nossas necessidades temos de realizar o combate pela eliminação das ideias erradas que ainda transportamos. Esse combate exige engajamento nas tarefas definidas pelo Partido e dedicação permanente na batalha pela liquidação da fome. Esse combate exige espírito de sacrifício e espírito de trabalho árduo.

Estimados Delegados,
Camaradas e Amigos,

Os Sindicatos Socialistas que agora vamos criar são pois o resultado de um processo longo e difícil.

São o culminar da luta que se iniciou com as primeiras revoltas dos trabalhadores das minas e plantações, com as primeiras greves dos operários de Lourenço Marques.

Os Sindicatos Socialistas que agora vamos criar são os herdeiros das gloriosas tradições de combate dos trabalhadores moçambicanos. Trabalhadores que, sob a direcção da FRELIMO, pegaram em armas para enfrentar o colonialismo e conquistaram a Independência Nacional.

Os Sindicatos Socialistas que agora vamos criar são fruto do crescimento da consciência de

classe dos nossos trabalhadores. Trabalhadores forjados e temperados pela Luta Armada de Libertação Nacional; pelos combates contra as manobras e sabotagens da burguesia colonial; por esta nova guerra prolongada que hoje travamos sob a direcção do nosso Partido:

Guerra contra os bandidos armados; contra a fome e a nudez; contra o subdesenvolvimento; pela construção da paz, do progresso e bem-estar; pela construção do socialismo.

Os Sindicatos Socialistas que agora vamos criar são o resultado da Independência Nacional. São uma conquista do Poder Popular.

São fruto dos sacrifícios consentidos pelo nosso Povo.

Ao criarmos os nossos Sindicatos, devemos estar muito claros sobre a diferença que existe entre os Sindicatos e os Conselhos de Produção.

Os Conselhos de Produção ainda não eram Sindicatos.

Os Sindicatos representam uma fase avançada, superior, um salto qualitativo em relação aos Conselhos de Produção.

Os Conselhos de Produção nasceram em resposta a um apelo patriótico lançado pela Direcção da FRELIMO, num momento em que o que restava da burguesia colonial no nosso País tentava por todas as formas sabotar a nossa economia.

Os Sindicatos são a forma de organização das classes trabalhadoras moçambicanas na fase em que construímos o socialismo.

As tarefas dos Sindicatos, sendo igualmente tarefas patrióticas, têm um conteúdo de classe mais profundo, têm um conteúdo socialista.

Sob a direcção do Partido Frelimo, os Sindicatos organizam os trabalhadores moçambicanos para a realização das grandes tarefas definidas pelo 4.º Congresso.

Os Sindicatos serão, fundamentalmente, o nosso grande exército para a guerra que travamos

contra a fome e a nudez. Serão o exército do Partido na guerra contra o subdesenvolvimento.

Tal como criámos as Forças Populares de Libertação de Moçambique para desencadearmos a guerra contra o colonialismo, hoje formamos os Sindicatos, o exército dos trabalhadores, para travarmos a guerra contra a fome e a nudez. Tal como o campesinato foi a força principal no combate de libertação nacional, a classe operária é aquela que reúne as condições para ser hoje a força impulsionadora da luta de libertação económica.

Os Sindicatos serão o nosso exército na guerra para construirmos uma economia forte, uma economia independente, uma economia socialista.

Exército cujas espingardas são o martelo, a enxada, a catana e o machado. Exército cujos canhões são a charrua, o tractor, o guindaste e o tear mecânico.

Exército cujas munições são a terra fértil do nosso País, e as águas ricas dos nossos mares, rios e lagos.

Serão um exército cujas munições são o algodão que transformamos em roupa para nos vestir; o couro que transformamos em sapatos para nos calçar; o carvão que transformamos em energia para as nossas fábricas; a areia que transformamos em cimento para construir as nossas escolas e os nossos hospitais; a madeira que transformamos em mobílias para as nossas casas; o arroz, o milho, o amendoim, o feijão, o açúcar, o chá, o peixe e a carne que produzimos para nos alimentarmos.

Os Sindicatos Socialistas serão o nosso exército na luta pelo aumento da produção e da produtividade nas fábricas; nas machambas estatais e privadas; nas minas; nos barcos de pesca; nos portos; nos caminhos de ferro; na camionagem; nos transportes marítimos e fluviais; nas oficinas; em todos os locais onde se produz a riqueza nacional.

Os Sindicatos Socialistas serão o nosso exército na luta pela elevação da qualidade dos servi-

ços prestados nas escolas; nos hospitais e postos de saúde; no comércio; na banca; em todos os serviços e repartições públicas.

Os Sindicatos Socialistas serão o nosso exército na luta contra a indisciplina; a negligência; o desleixo; a apatia; o burocratismo; o roubo; o esbanjamento; a corrupção; a desorganização.

Em todas as unidades de produção, em todos os ministérios e serviços públicos, os Sindicatos serão os zeladores da disciplina e da pontualidade.

Em todos os locais onde se atenda o público, os Sindicatos serão os promotores da eficiência, da cortesia e da delicadeza.

Em todos os locais onde existem trabalhadores, os Sindicatos serão os dinamizadores do aprumo, da ética e do brio profissionais.

Os Sindicatos Socialistas desempenharão um papel importante na formação e avaliação dos trabalhadores.

Eles serão uma escola onde aprenderemos a competência, a eficiência, a capacidade, a dedicação e o amor ao trabalho.

Os Sindicatos Socialistas permitir-nos-ão conhecer os melhores trabalhadores, os mais dedicados, os mais exemplares.

Permitir-nos-ão distinguir os Heróis do Trabalho, aqueles que pelo seu comportamento se tornam modelo e fonte de inspiração para todos os outros trabalhadores.

Os Sindicatos Socialistas assumirão igualmente um papel muito importante na defesa da Pátria, na protecção e segurança das nossas instalações produtivas, no combate ao crime e à marginalidade.

Os Sindicatos Socialistas serão uma forja e uma escola da Unidade Nacional, da formação da Nação moçambicana, da Pátria moçambicana.

O combate pela consolidação da Unidade Nacional é, hoje como ontem, um combate decisivo, um combate do qual depende o futuro da nossa Revolução, dos nossos filhos, da nossa existência

como classe, a formação de uma Nação forte e soberana.

É um combate que não pode ser negligenciado ou esquecido por um só momento.

O inimigo tenta hoje, tal como no passado, dividir os nossos trabalhadores, dividir o Povo moçambicano.

O inimigo tenta dividir-nos com base na tribo, com base na região, com base na cor da pele.

Isso não nos surpreende. É uma velha tática do colonialismo, que enfrentámos e vencemos durante a Luta de Libertação Nacional.

É uma velha tática de todos os opressores, de todos os exploradores: dividir para melhor oprimir, dividir para melhor explorar.

Nesta fase, em que já conquistámos o poder, é uma tática que visa enfraquecer-nos para poder destruir o nosso poder, o poder dos trabalhadores.

A nível dos Sindicatos, terá de existir uma grande clareza quanto a esta questão.

O tribalismo, o regionalismo e o racismo são inimigos mortais do povo, são inimigos mortais da revolução.

A nossa existência depende da liquidação destes fenómenos. O nosso esforço na fábrica, na machamba, na escola, no hospital deve concentrar-se na luta contra estes males.

Não poderemos matar a fome e a nudez, não poderemos liquidar os bandidos armados, não poderemos vencer o subdesenvolvimento e construir o socialismo. se estivermos divididos por tribos, regiões e raças.

Divididos, somos fracos e vulneráveis.

Unidos, dirigidos por uma linha política correcta, somos tão fortes que nenhum inimigo nos poderá destruir.

O tribalista é um primitivo que vive agarrado a preconceitos ultrapassados.

O regionalista é um atrasado que não é capaz de ver para além dos limites da sua região.

O racista é um débil mental que bebeu a ideologia dos colonizadores.

Tribalismo, regionalismo e racismo são crimes no nosso País. Crimes contra os quais utilizamos toda a força do nosso poder tão duramente conquistado.

Os Sindicatos Socialistas deverão ser vigilantes, denunciando e neutralizando implacavelmente qualquer manifestação de tribalismo, regionalismo ou racismo.

Os Sindicatos Socialistas deverão ser um instrumento poderoso da Unidade Nacional. Deverão ser uma rede apertada na qual não consiga penetrar o tribalista, o regionalista ou o racista.

Os Sindicatos Socialistas serão uma escola onde aprenderemos a dimensão real do nosso País.

Serão uma escola onde aprenderemos a geografia, a economia, a diversidade etno-linguística de Moçambique.

Onde aprenderemos o valor, a riqueza e a variedade da nossa cultura. Onde aprenderemos a assumirmo-nos como homens e mulheres moçambicanos, como Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo. Onde desenvolveremos o orgulho de sermos moçambicanos, filhos desta Pátria de trabalhadores e de soldados, Pátria nascida do sangue e do sacrifício, nascida do heroísmo e da determinação dos seus melhores filhos.

Os Sindicatos Socialistas serão, igualmente, uma escola de internacionalismo proletário.

Ali aprenderemos que a nossa luta não está isolada.

Aprenderemos que a luta dos trabalhadores moçambicanos é a luta dos trabalhadores de todo o mundo — independentemente da raça, do Continente, da língua que falam.

Nos Sindicatos desenvolveremos a nossa consciência internacionalista, o nosso espírito de solidariedade militante e fraterna para com os trabalhadores de todo o mundo.

Os Sindicatos Socialistas serão a forja da consciência de classe dos trabalhadores moçambicanos.

Serão a fábrica que produzirá a ideologia revolucionária do proletariado, o marxismo-leninismo.

O marxismo-leninismo é uma ciência e, como tal, é universal, é património de todos os povos. Os seus princípios são a síntese da experiência da luta dos povos oprimidos contra a exploração capitalista.

Como ciência, o marxismo-leninismo não é um dogma. Não permanece estático. Ela enriquece-se continuamente com as contribuições dadas pelas especificidades da luta de cada povo.

Aprende-se o marxismo-leninismo no calor da luta de classes, que é permanente. E essa luta trava-se no dia-a-dia nos centros de produção, lá onde os trabalhadores criam a riqueza, lá onde se solucionam as contradições.

Por isso, o marxismo-leninismo não pode ser assumido pelas classes trabalhadoras como dádiva. Muito menos pode ser ensinado como um catecismo. O marxismo-leninismo não pode ser reduzido a um conjunto de «slogans» vazios de conteúdo e sem eco real na consciência dos trabalhadores.

É nos Sindicatos Socialistas que a classe operária moçambicana se forjará como classe dirigente da Revolução no nosso País.

O papel dirigente não é um atributo automático da classe operária. O papel dirigente é **conquistado** pela classe operária na medida em que assume, na prática, como vanguarda da Revolução, como destacamento avançado na batalha de classes, como aliado do campesinato.

Os operários moçambicanos devem estar conscientes da importância da sua aliança com os camponeses para a consolidação e triunfo da Revolução na nossa Pátria.

Esta consciência deve ser fruto do conhecimento dos fundamentos da aliança operário-camponesa. Para comer, o operário precisa da produ-

ção do camponês. Para produzir óleo na Fasol o operário precisa do girassol produzido pelo camponês. Para produzir pano na Texmoque o operário tem de receber algodão do camponês.

Do mesmo modo, o operário que trabalha na indústria metalúrgica deve ter consciência do valor que tem para o camponês a enxada que produz e do significado que esse instrumento de produção tem para o reforço da nossa economia.

A classe operária moçambicana tem de conquistar o seu papel de vanguarda na Revolução em Moçambique.

Tem de conquistá-lo na batalha da produção e da produtividade. Tem de conquistá-lo na batalha da disciplina e da organização do trabalho.

Tem de conquistá-lo na batalha contra a negligência, o desleixo, a apatia, o roubo, a corrupção e o burocratismo.

Tem de conquistá-lo na batalha da alfabetização e da formação técnica e profissional.

Tem de conquistá-lo na frente da Defesa da Pátria.

Tem de conquistá-lo na guerra prolongada contra o subdesenvolvimento.

Da mesma forma, não podemos ter a ilusão de que com a criação dos Sindicatos Socialistas em Moçambique se realizará com a cerimónia formal da sua constituição. Os Sindicatos Socialistas terão de ser uma conquista das classes trabalhadoras.

Os Sindicatos Socialistas serão uma realidade, na medida em que pelo seu trabalho concreto, se afirmarem como instrumentos poderosos do Partido no combate à fome e à nudez, na luta pela libertação económica.

Camaradas e Amigos,

Os Sindicatos Socialistas são o braço do Partido para organização das classes trabalhadoras.

Os Sindicatos Socialistas guiam-se pela linha do Partido e serão dirigidos pelo Partido na sua acção concreta. Não são um «partido» paralelo.

Nas suas relações com o Estado, os Sindicatos Socialistas guiar-se-ão pelos princípios da colaboração e coordenação das tarefas, no âmbito das respectivas áreas e competências bem definidas.

Muitos trabalhadores são mulheres, muitos trabalhadores são jovens.

As mulheres e os jovens têm as suas estruturas organizativas próprias. Mas, enquanto trabalhadores, eles deverão ser membros dos Sindicatos.

Os Sindicatos Socialistas desenvolverão relações de cooperação com a OMM e a OJM, assim como com as organizações sócios-profissionais, tanto ao nível central como local.

Os Sindicatos deverão apoiar a emancipação da mulher e na formação política, técnica e cultural da juventude.

Estimados Delegados,

No momento de criarmos os nossos Sindicatos, devemos reflectir profundamente sobre a experiência dos Conselhos de Produção e extrair lições da experiência de outros países.

Devemos, da nossa reflexão, extrair os necessários ensinamentos.

É preciso que os Sindicatos dêem grande atenção ao perigo de caírem num estilo de trabalho autoritário ou burocrático.

Alguns trabalhadores, quando se tornarem dirigentes ou funcionários da organização sindical, terão a tendência para se fecharem em gabinetes, para se burocratizarem, para se distanciarem da base.

Os nossos Sindicatos deverão caracterizar-se por um estilo de trabalho popular e democrático, combatendo todas as manifestações de autoritarismo e burocratismo.

O trabalho dos nossos Sindicatos deve ter um conteúdo essencialmente político. Por isso, eles não podem tornar-se máquinas administrativas pesadas e ineficazes.

O Sindicato deve, fundamentalmente, viver na consciência sindical de cada trabalhador. Deve viver na forma como cada trabalhador, integrado na sua estrutura de base, assume e exerce a actividade sindical.

Outro perigo que temos de combater é a tendência para o populismo.

Estilo popular não pode confundir-se com populismo. O populismo é uma manifestação de concepções pequeno-burguesas no seio da classe operária.

O populismo surge quando há falta de clareza ideológica, desenvolve-se onde existe confusão política.

É tarefa dos Sindicatos Socialistas combater consequentemente o populismo, que sabota a disciplina da classe operária e a desvia dos seus objectivos.

Os Sindicatos devem ter em atenção a tendência que se verifica em várias estruturas, para fazerem das visitas ao exterior o aspecto principal da sua actividade.

É preciso combater isso.

As viagens devem ser feitas, prioritariamente, no interior do nosso País.

As viagens devem ser feitas, prioritariamente, para aprofundarmos o nosso conhecimento de Moçambique, para consolidarmos a Unidade Nacional.

O dirigente ou quadro sindical que se desloca ao estrangeiro deve ter objectivos bem definidos. E, quando regressa, deve prestar contas sobre o trabalho que realizou.

Também se manifestou no passado, por vezes, a tendência para um sindicalismo estreito que impede que os trabalhadores assumam toda a dimensão do seu combate de classe.

Esta é uma tendência importada que revela falta de visão do conjunto dos interesses dos trabalhadores como classe.

Na prática, isto traduz-se em reivindicações que levam em conta apenas interesses de trabalhadores de uma empresa ou um sector, e não os do conjunto das classes trabalhadoras.

Noutros casos, traduz-se em reivindicações que não tomam em consideração o nível real do desenvolvimento das forças produtivas ou a situação económica do País.

Devemos estar muito claros sobre este ponto: dada a natureza de classe do nosso Partido e do nosso Estado, os Sindicatos Socialistas não são um instrumento de confrontação. Eles inserem-se na realização dos objectivos fundamentais da aliança operário-camponesa, zelam pela correcta aplicação da política do Partido.

A tarefa dos nossos Sindicatos Socialistas não é fazer reivindicações.

As condições de vida dos nossos trabalhadores elevam-se à medida que cresce a produção, à medida que se desenvolve a nossa economia.

Na presente fase histórica, os interesses da classe operária moçambicana identificam-se com os interesses de todo o povo. Os objectivos históricos da classe operária, na presente fase, só se realizam na medida em que se realizarem os objectivos de todo o povo, os objectivos da Nação moçambicana do Rovuma ao Maputo.

Na sua linha política, nos seus Estatutos e Programa, o nosso Partido sintetiza os interesses da aliança operário-camponesa e define a estratégia para os realizar.

A materialização desses interesses é garantida pelo nosso Estado socialista, Estado que representa e exerce o poder dos operários e dos camponeses, em suma, Estado de trabalhadores.

Os Sindicatos Socialistas deverão assumir-se como estrutura organizativa que enquadra o con-

Junto dos trabalhadores moçambicanos na realização dos objectivos definidos pelo Partido, nesta etapa em que lutamos pela eliminação do subdesenvolvimento e pela construção do socialismo.

Camaradas e Amigos,

A criação dos Sindicatos Socialistas em Moçambique verifica-se num momento em que o nosso País vive uma situação difícil. As calamidades naturais, a crise económica mundial e a acção do inimigo conjugaram-se para nos criar sérias dificuldades económicas.

Estas dificuldades reflectem-se em problemas concretos na vida de cada trabalhador, na vida de todo o Povo moçambicano.

Vivemos uma guerra não declarada que nos é movida pelo regime racista e criminoso da África do Sul.

Se é certo que esta guerra nos causa dificuldades, por outro lado robustece o ódio que o nosso povo vota ao inimigo, reforça a determinação dos trabalhadores moçambicanos de liquidarem os bandos armados.

Quer integrados nas Forças Armadas de Moçambique (FPLM), quer organizados nos seus postos de trabalho, os trabalhadores moçambicanos constituem a muralha de aço contra a qual se esmagam e se continuarão a esmagar todas as acções do inimigo.

Analisando profundamente a situação actual no nosso País, o 4.º Congresso do Partido Frelimo definiu com clareza as grandes prioridades do nosso combate actual.

Essas prioridades são:

- a eliminação da fome e da nudez;
- e a liquidação dos bandidos armados.

O Partido e o Estado vão concentrar o essencial dos seus esforços e recursos naquelas áreas

que concorrem directamente para alcançarmos esses dois grandes objectivos prioritários.

A actividade imediata dos Sindicatos, para além das tarefas específicas que lhes são atribuídas, não pode estar desligada das prioridades definidas para o momento actual.

Isto significa, concretamente, que a primeira tarefa dos Sindicatos moçambicanos será a de estudarem profundamente qual deverá ser a sua contribuição para as acções do combate à fome e à nudez, e para a liquidação dos bandidos armados.

Os Sindicatos deverão, desde logo, priorizar na sua acção aqueles ramos e centros de trabalho onde se produzem alimentos e roupa, ou que mais directamente se relacionam com a sua produção e distribuição.

As machambas estatais e privadas, as fábricas produtoras de alimentos e as fábricas têxteis deverão ser a primeira prioridade para a organização e actuação dos Sindicatos.

Nestes sectores, os Sindicatos sensibilizarão os trabalhadores para a grande importância que os respectivos centros de trabalho assumem para o bem-estar do nosso povo, mobilizando-os para o aumento da produção e da produtividade.

Devem ser igualmente prioritários os ramos de actividade que, como os Portos e Caminhos de Ferro, a camionagem e os transportes públicos e urbanos, concorrem directamente para a circulação nacional e regional dos produtos ou para a movimentação dos próprios trabalhadores.

No mesmo contexto, devem merecer especial atenção as empresas de abastecimento do povo e os ministérios e serviços directamente envolvidos na produção e distribuição de alimentos e roupa. Também os sectores estratégicos virados à exportação devem ser objecto do trabalho mobilizador dos Sindicatos.

Uma especial atenção deverá ser dada ao Movimento dos Inovadores e Inventores, no âmbito do

processo de Emulação Socialista. Os Sindicatos terão um papel central na sensibilização dos trabalhadores para a correcta e permanente aplicação do princípio de contar com as próprias forças.

De uma forma geral, os Sindicatos promoverão campanhas de poupança de recursos materiais e educarão os trabalhadores num espírito de austeridade sensibilizando-os para as nossas dificuldades actuais.

Inserir-se neste contexto o combate pela boa manutenção e conservação das máquinas, equipamento e instalações.

Em todas estas acções, a Emulação Socialista será o método de trabalho fundamental dos Sindicatos.

O combate pela disciplina, a pontualidade, a organização e a eficiência tem igualmente um carácter imediato.

Os Sindicatos deverão ser, como disse, um exército altamente disciplinado e organizado. Os quadros dirigentes sindicais, desde o topo até à base, deverão ser exemplos de disciplina; de apuro; de pontualidade; de brio profissional; de dedicação ao trabalho; de eficiência; de organização.

Os quadros e dirigentes sindicais deverão constituir exemplo para todos os trabalhadores.

Os Sindicatos deverão ter como preocupação permanente a formação dos trabalhadores, a formação política, ideológica, técnica, cultural e científica do Homem moçambicano.

Os Sindicatos encararão a formação do trabalhador no sentido mais amplo, encorajando e criando condições para os trabalhadores prosseguirem a sua própria formação.

Só assim os Sindicatos serão capazes de organizar e enquadrar todos os trabalhadores moçambicanos. Só assim os Sindicatos serão um viveiro de quadros para o nosso Partido, para a nossa Revolução.

Em todo o País, os trabalhadores moçambicanos têm contribuído de forma conseqüente para o reforço da nossa capacidade defensiva, têm apolado por múltiplas formas o esforço de guerra que nos é imposto pela agressão do regime racista de Pretória.

Isto mostra que os nossos trabalhadores assumiram, no mais alto grau, a defesa da Pátria como um dever de cada moçambicano, de cada cidadão.

Aos Sindicatos caberá enquadrar, organizar e dinamizar as iniciativas dos trabalhadores em apoio à defesa.

Isto significa criar condições para que cada trabalhador sinta que contribui efectivamente para a defesa da Pátria, sinta que tem uma tarefa concreta no combate pela liquidação dos bandidos armados.

Um segundo aspecto será a mobilização dos trabalhadores para a sua integração nas Milícias Populares e nos Grupos de Vigilância Popular, dando continuidade ao amplo movimento que já integra milhares e milhares de trabalhadores em todo o País.

Em conjunto com o Partido e as Forças de Defesa e Segurança, os Sindicatos continuarão a criar condições para que cada unidade de produção esteja em condições de se defender contra um ataque inimigo.

A título imediato, é necessário assegurar, através da vigilância organizada, a defesa da vida dos trabalhadores e a segurança dos equipamentos e instalações contra qualquer acto de sabotagem.

Estas são, em linhas gerais, as tarefas imediatas para os Sindicatos Socialistas que vamos criar.

Estimados Delegados e Convidados,

No passado, o engajamento na Luta Armada de Libertação Nacional constituiu a forma suprema

através da qual os trabalhadores moçambicanos assumiram a defesa dos seus interesses.

No processo da Luta Armada de Libertação Nacional forjou-se e aprofundou-se a nossa consciência nacional e de classe.

Nesse processo descobrimo-nos como operários, camponeses, trabalhadores, unidos pelos mesmos objectivos históricos, pelos mesmos ideais de liberdade e justiça social.

Hoje, é na defesa da Pátria e na guerra prolongada contra o subdesenvolvimento que se tempera a consciência de classe, que se consolidam a Unidade Nacional e o patriotismo.

São difíceis as tarefas que nos esperam, são grandes as dificuldades. Mas nós, operários, camponeses, intelectuais, funcionários, trabalhadores de todos os sectores de actividade somos os criadores da riqueza. Somos os transformadores da sociedade.

Somos nós, e só nós trabalhadores, quem pode transformar a natureza em benefício do homem, quem pode arrancar do solo e do subsolo da nossa Pátria, os frutos que construirão o amanhã radioso dos nossos filhos.

Sob a direcção da Frente de Libertação de Moçambique tomámos o poder político. Na República Popular de Moçambique o poder pertence aos operários e camponeses.

É de operários, de camponeses, de trabalhadores o Partido que nos dirige. São operários, camponeses e outros trabalhadores os nossos deputados. São eles que fazem as nossas leis, leis que defendem os interesses fundamentais dos trabalhadores.

São trabalhadores os nossos juizes populares. Temos as nossas gloriosas Forças Armadas de Moçambique (FPLM), o braço armado do povo constituído por trabalhadores que defendem os interesses dos trabalhadores, asseguram a soberania e a integridade da nossa Pátria de trabalhadores.

É com o poder que nos pertence, é com a coragem e dignidade que caracterizam o nosso povo, é com o talento e a capacidade dos nossos trabalhadores, é com a linha correcta do nosso Partido que teremos a força para vencer todas as dificuldades.

É porque somos nós, trabalhadores e revolucionários, e moçambicanos, que encaramos o futuro com serenidade, com confiança e com a certeza inabalável na vitória.

Pela importância desta Conferência Constitutiva dos Sindicatos Moçambicanos, pelo que ela deve conter da riqueza, da fecundidade da nossa experiência de luta contra a exploração, da nossa experiência de democracia profunda, da nossa experiência de poder popular, exorto os delegados a participarem activamente na Conferência como cidadãos livres, como trabalhadores conscientes.

É esta a nossa tradição.

É este o caminho que nos permite encontrar a solução justa para os nossos problemas.

A todos desejo um bom trabalho.

Declaro solenemente aberta a Conferência Constitutiva dos Sindicatos Moçambicanos.

Viva o Partido Frelimo!

Viva os Sindicatos Socialistas de Moçambique!

Viva os Trabalhadores Moçambicanos Unidos e Organizados do Rovuma ao Maputo!

A Luta Continua!

A Revolução Vencerá!

O Socialismo Triunfará!



DEFENDER A PÁTRIA
VENCER O SUBDESENVOLVIMENTO
CONSTRUIR O SOCIALISMO